

NOTA OFICIAL

A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) informa aos seus associados e interessados sobre o processo corrente de tramitação da proposta das novas *Diretrizes Curriculares Nacionais* (DCN) no Conselho Nacional de Educação (CNE) e nos órgãos jurídicos e técnicos de avaliação e regulação do Ministério da Educação (MEC).

Em 6 de dezembro de 2023, foi aprovada no CNE, por unanimidade, a proposta original da ABEA, construída com a colaboração das demais instituições nacionais reunidas no *Colegiado das Entidades de Arquitetura e Urbanismo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil* (CEAU-CAU/BR), do qual fazem parte, além da ABEA, a *Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas* (ABAP), a *Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura* (AsBEA), a *Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas* (FNA), o *Instituto de Arquitetos do Brasil* (IAB) e a *Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo* (FeNEA) e que conta, ainda, com a participação da *Comissão de Ensino e Formação* (CEF-CAU/BR) e da *Comissão do Exercício Profissional* (CEP-CAU/BR), além da Presidência do CAU/BR.

A proposta foi encaminhada ao Gabinete do Ministro da Educação, que solicitou avaliações técnicas à *Secretaria de Regulação do Ensino Superior* (SERES), ao *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), responsável pelos processos de avaliação, e à *Consultoria Jurídica* (CONJUR).

A partir dos pareceres desses setores, demandando ajustes no texto já aprovado, a proposta retornou ao CNE, que acatou parcialmente as solicitações e produziu um novo texto, que foi novamente aprovado, também por unanimidade, em sessão do Conselho realizada *online* em 2 de agosto. Devido à relevância da matéria, o Presidente do CNE, Prof. Luiz Curi, foi o relator da proposta desde o início e seu mandato se encerrou no dia seguinte.

Cabe esclarecer que nem a ABEA, nem as demais entidades do CEAU, nem o CAU/BR tiveram acesso, até o momento, ao texto apresentado pelo Prof. Curi aos demais conselheiros, aprovado naquela sessão e que passa, no momento, por revisões finais, já sob a nova gestão do CNE. Qualquer avaliação conclusiva sobre a proposta, que irá retornar ao Gabinete do Ministro, é, em alguma medida, precipitada.

A ABEA aguarda, com grande expectativa, a publicação da nova proposta aprovada no CNE, assim como a repercussão do seu novo teor nos próximos trâmites no âmbito do MEC até a homologação final do documento.

Brasília, 7 de agosto de 2024.



Prof. Dr. Carlos Eduardo Nunes-Ferreira
Presidente da ABEA, 2024-25